



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

REQUERIMENTO Nº , DE 2021

(Do Sr. Hugo Leal)

Requer realização de audiência pública para discutir a PEC 23/2021.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requero a Vossa Excelência que, ouvido o plenário desta comissão, seja realizada audiência pública para discutir a PEC 23/2021- PEC dos Precatórios, com participação de representantes das seguintes instituições:

- Renata Gil de Alcântara Videira, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB); e
- Felipe Santa Cruz, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

JUSTIFICAÇÃO

O problema com o aumento exponencial das obrigações financeiras da União com sentenças judiciais é real. Enquanto o IPCA acumulado entre janeiro de 2018 e agosto de 2021 foi de 19,52%, o pagamento com sentenças judiciais pela União entre 2018 e 2021 saltou 143%. É sabido que esse aumento comprime investimentos e outras políticas públicas.

Contudo, ao debater a matéria, a Câmara dos Deputados não pode repetir equívocos quando, no passado, na tentativa de resolver problemas de precatórios de estados e municípios, dispositivos da emenda constitucional foram declarados inconstitucionais pelo STF.

Para isso, acredito ser necessário esta comissão ouvir especialistas da área jurídica para evitar equívocos que poderiam aumentar insegurança jurídica nos agentes, além de não resolver o problema orçamentário. Tudo isso certamente acarretaria prejuízos econômicos ao país, como aumento do risco e do custo da rolagem da dívida pública do país.

Sala das sessões, em 22 de setembro de 2021

Deputado HUGO LEAL

PSD/RJ

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Hugo Leal
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD214583919400>



* C D 2 1 4 5 8 3 9 1 9 4 0 0 *